

A DEPRECIÇÃO E A CAPACIDADE INFORMATIVA DAS NOTAS EXPLICATIVAS E QUADROS SUPLEMENTARES

Luciano Scharf

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Altair Borgert

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Sabrina Grasielle Paes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RESUMO

A compreensão da situação financeira, patrimonial e econômica das organizações a partir das Demonstrações Contábeis está vinculada às informações acessórias prestadas nas Notas Explicativas e Quadros Suplementares. As Demonstrações Contábeis propriamente ditas não conseguem prover informações a respeito das práticas contábeis adotadas, os fatos relevantes, alterações tributárias e outros fatores que tiveram influência direta ou indiretamente na formação de resultado. Um destes itens é o valor atribuído a título de depreciação aos bens de natureza permanente, cuja compreensão depende das informações acessórias disponíveis nas Notas Explicativas e Quadros Suplementares. A partir dos quesitos emanados pela legislação em vigor e, com a aplicação de *check list* para verificação em uma amostra de empresas negociantes de ações e títulos na Bolsa de Valores do Brasil - BOVESPA, foi constatado que existe elevado nível de atendimento aos quesitos emanados pela legislação, com índices de adesão superiores a 80% (oitenta por cento). Entretanto, não é possível atestar a disponibilidade de todos os dados necessários para a replicação das memórias de cálculo da depreciação, devido a somente 26% (vinte e seis por cento) da amostra qualificada ter disponibilizado informações acerca das datas de ocorrência das mutações patrimoniais.

Palavras-chave: depreciação, evidenciação, informação contábil.

1. Introdução

A abordagem da contabilidade como um instrumento para a tomada de decisão remete à sua capacidade de informar e elucidar a situação financeira, patrimonial e econômica aos gestores de uma organização de tal maneira que as informações ali contidas sejam realmente úteis e relevantes ao processo decisório.

Esta condição, de instrumento para a tomada de decisão, impõe características essenciais inerentes à informação contábil, a qual deve ser: a) objetiva, no sentido de estar fundamentada em documentos formais ou evidências que suportem o seu registro ou sua avaliação; b) relevante, de forma que o benefício proporcionado pela informação seja superior ao custo ou esforço para produzi-la, e; c) uniforme, de forma a permitir a comparabilidade entre as informações contábeis de diversos exercícios (HENDRIKSEN, 1999, p. 511-512).

Para satisfazer as necessidades dos diversos tipos de usuários das informações contábeis e, conseqüentemente diminuir os atritos derivados do conflito de agência, a informação contábil deve possuir atributos dentre os quais destacam-se: a) tempestividade, a informação certa no tempo certo; b) integridade, a informação contábil deve compreender

todos os elementos relevantes sobre o que se pretende revelar ou divulgar; c) confiabilidade, o usuário aceita e utiliza efetivamente as informações contábeis; d) comparabilidade, possibilita ao usuário realizar análises da evolução patrimonial em exercícios diversos, de uma mesma entidade ou efetuar comparações entre entidades distintas, e; e) compreensibilidade, as informações devem ser expostas da forma mais compreensível possível, de forma a não restarem dúvidas quanto à situação financeira e patrimonial da entidade (IUDÍCIBUS, 2000, p. 85).

A evidenciação das informações contábeis está diretamente relacionada ao objetivo de uma contabilidade orientada como instrumento para a tomada de decisão, que deve prover de forma mais satisfatória possível as informações fomentadas pelos usuários da contabilidade. A evidenciação em contabilidade é realizada de diversas maneiras: a) Demonstrações Contábeis propriamente ditas; b) informações entre parênteses; c) notas explicativas; d) quadros e demonstrativos suplementares; e) comentários do auditor e; f) relatório da administração. Tal variedade de formas de evidenciação deve-se à relativa insuficiência de informações necessárias ao completo conhecimento da posição patrimonial de determinada entidade (IUDÍCIBUS, 2000, p. 123-126).

As notas explicativas têm como objetivo evidenciar informações que não podem ser apresentadas no corpo dos demonstrativos contábeis, porém relevantes para o completo entendimento da informação contábil. A relevância neste caso deve ser entendida no sentido que, a ausência das informações acessórias que compõem as notas explicativas prejudica a análise e reduz a capacidade da informação contábil de cumprir seu objetivo de capacitar informativamente os gestores diante do processo de tomada de decisão. Hendriksen (1999, p. 525) enumera vantagens da utilização das notas explicativas, tais como: a) apresentam informações não quantitativas como parte integral dos relatórios contábeis; b) evidenciam qualificações e restrições para certos itens dos demonstrativos; c) evidenciam um maior volume de detalhes do que poderíamos apresentar nos demonstrativos; d) apresentam informação quantitativa ou qualitativa de importância secundária. De acordo com o mesmo autor, a utilização das notas explicativas apresenta desvantagens, as quais: a) tendência de dificuldade de leitura; b) dificuldade maior na utilização de transcrições textuais na tomada de decisões que na sumarização dos dados quantitativos oferecidos pelos demonstrativos, e; c) perigo do abuso das notas explicativas em vez do desenvolvimento adequado dos princípios contábeis.

Os demonstrativos e quadros suplementares devem conter detalhes relacionados à componentes das demais demonstrações contábeis não enquadráveis na estrutura destas. De forma não incomum, as informações passíveis de evidenciação nos demonstrativos e quadro suplementares são incluídas junto às notas explicativas.

O tema da presente pesquisa é verificar o cumprimento das recomendações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as previstas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976) acerca da elaboração das notas explicativas, demonstrativos e quadros suplementares anexos às demonstrações financeiras, no que tange a depreciação, com impacto direto à capacidade informativa das demonstrações contábeis. A presente pesquisa objetiva demonstrar se tais recomendações são cumpridas pelas companhias que negociam suas ações na Bolsa de Valores do Brasil – Bovespa. Para a consecução do objetivo geral são contemplados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os quesitos recomendados para a composição das notas explicativas, demonstrativos e quadro suplementares acerca da depreciação, com base na Lei das

Sociedades por Ações (Lei 6404/76) e recomendações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

- Levantar amostra de estudo entre as companhias que negociam ações na Bolsa de Valores do Brasil – Bovespa, com critério de maior valor do patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial referente 31/12/2005. - Realizar análises, a partir dos quesitos identificados no primeiro objetivo específico, quanto a efetividade na evidenciação das informações necessárias ao completo entendimento dos valores atribuídos a título de depreciação.

2. Fundamentação Teórica

Neste tópico são tratados alguns dos conceitos fundamentais para entendimento desta pesquisa: depreciação, recomendações relacionadas às notas explicativas e quadros suplementares relacionadas à depreciação.

2.1 Depreciação

O objeto social de uma organização é definido por atividades as quais a mesma se propõe executar para em troca receber remuneração, o que possibilita recompensar os diversos agentes envolvidos no processo e, com o valor agregado à estas operações – o lucro – dar continuidade à empresa. São raras as situações em que, para execução de suas atividades, uma empresa dependa somente das habilidades individuais dos atores envolvidos. Normalmente, possuem instalações, máquinas e equipamentos que dão suporte e facilitam o processamento das atividades necessárias. Tais bens, mesmo que notadamente duradouros, sofrem um desgaste natural ao longo do tempo, oriundo do uso contínuo ao qual estão destinados, inclusive os decorrentes da obsolescência tecnológica. O reconhecimento pecuniário deste desgaste é denominado depreciação.

Existem ativos de maior porte, os quais não se destinam primeiramente a venda (entretanto podem ser alienados no decorrer de sua vida útil), e que servem a vários ciclos operacionais da empresa. Estes bens estão localizados no Balanço Patrimonial, no grupo de contas denominado Ativo Imobilizado. Compreendem os edifícios, veículos, máquinas e equipamentos diversos, ferramentas, etc. São ativos cuja finalidade é a utilização em prol da atividade da empresa, os quais contribuem muitas vezes durante toda a sua vida útil. (IUDÍCIBUS et al, 2006, p. 199)

A estes ativos atribui-se determinado tempo de vida útil, quantificação geralmente advinda das especificações dos próprios fabricantes ou, na ausência de informação a respeito, estimada por uma junta de engenheiros, técnicos e especialistas, em consideração das causas físicas e funcionais a que são expostas o ativo em questão.

Acerca do início da aplicação da depreciação, P. D. Woodward (1956) relata:

“atualmente, para muitos contadores a depreciação é representada como um princípio contábil geralmente aceito. A depreciação é certamente um assunto antigo, por isso muito já foi escrito a respeito. Um exemplo muito antigo, que provém da literatura contábil inglesa, indica que o conceito de depreciação, ou perda de valor, foi concebido na mesma época da revolução americana. Uma das primeiras referências diretas à depreciação na contabilidade está contida no relatório anual da Estrada de Ferro Baltimore e Ohio, em 30 de setembro de 1835. Tal relatório esclarece que o lucro do

período foi determinado após débito de \$75,000 de lucros para perdas, a fim de considerar a deteriorização da ferrovia e do maquinário.”

A importância da depreciação, atualmente, compreende um papel maior que a simples correção do valor de um ativo imobilizado face o desgaste em função de sua utilização ou obsolescência tecnológica. Keating e Zimmerman (2000) evidenciam que “a depreciação afeta diretamente as demonstrações financeiras e é freqüentemente utilizada em contratos, evidenciações ao mercado de capitais, controle e tomada de decisões internas e apurações de impostos”.

Face tal importância e necessidade de controle, algumas organizações estabelecem suas próprias políticas de depreciação. Para Baumol (1971), “as políticas de depreciação são analisadas do ponto de vista da alocação intemporal otimizada de recursos. Isto porque a depreciação determina como os preços de um ativo são afetados de acordo com a demanda. As políticas de depreciação devem prever variáveis como o progresso tecnológico, a inflação, a manutenção do custo histórico de aquisição, e os custos de manutenção”.

As alterações nas políticas de depreciação podem abranger três dimensões: a) uma simples mudança de método ou revisão de estimativa; b) uma forma de aumentar ou diminuir o lucro, e; c) estipular políticas aplicáveis à todos os ativos ou apenas às novas aquisições. As mudanças nos métodos de depreciação e as revisões de estimativa são ferramentas para controle de gestão sobre estas despesas ao longo do tempo. Os gerentes podem controlar a magnitude das mudanças a partir da aplicação das novas políticas a todos os ativos, à apenas os ativos novos adquiridos ou a um extrato destes ativos (Keating e Zimmerman, 2000).

Para Hill (1999), “Os valores dos ativos imobilizados para seus compradores depende dos fluxos de capital que eles são capazes de contribuir em sua vida útil. Desta forma, a depreciação representa a queda de valor de um ativo fixo no tempo”. A análise entre o custo do ativo em comparação ao seu valor econômico, ou seja, os fluxos líquidos de caixa futuros decorrentes de sua utilização permite a realização do Teste de Recuperabilidade do Ativo, ou *Impairment Test*. A utilização desta ferramenta possibilita à organização reconhecer quais os itens de seu ativo imobilizado contribuem positivamente à formação de resultado, e permite ao gestor proceder a alienação ou baixa dos ativos considerados não viáveis economicamente (IUDÍCIBUS, 2006, p. 211).

A respeito das políticas de depreciação não fundamentadas em expectativas realistas ou da adoção sumária das taxas de depreciação máximas previstas pelo fisco, Lopes de Sá (2006), alerta:

“a falta de realidade no estabelecimento das quotas de depreciação implica risco em relação à sobrevivência das empresas. Como os fundos dessa natureza visam a recompor a força produtiva dos empreendimentos e como o critério fiscal brasileiro está fora da verdade no que tange a tal questão, muito as empresas precisam estar atentas ao problema. Há cerca de um século já advertia sobre o perigo dos fundos insuficientes o ilustre professor Eugênio Schmalenbach, uma das maiores inteligências da história da Contabilidade. Esse grande mestre alertou para o risco que envolve a queda de produção ou a falta de continuidade dos empreendimentos em razão de insuficiência de recomposição dos ativos. Ele considerava o uso como perda e esta como necessidade de reintegração ao capital produtivo. Depreciações insuficientes, pois, são riscos acumulados. A política fiscal de nosso País não tem compromisso sério com a produção, mas, apenas em eventos fortuitos e casuísticos beneficia um ou outro grupo, sem um respeito á isonomia e a uma responsabilidade com o produto bruto da Nação”.

Em complemento, Pilcher (2004) recomenda: “Sem guias específicos a seguir, problemas acerca depreciação continuam a deteriorar conceitos existentes. Cálculos incorretos

de depreciação podem levar a desinformação dos usuários das informações financeiras assim como a produção de indicadores de desempenho inapropriados.” A adoção de políticas de depreciação austeras viabiliza o reconhecimento do valor econômico de uma organização tanto pelos seus investidores como pela sociedade.

Na concepção de Hill (1999), a depreciação pode ser conceituada de duas formas: a) depreciação em uma série de tempo, que mede a diferença do valor de um ativo em dois tempos distintos e; b) depreciação de seção transversal, definida pela diferença de valor entre duas “eras” distintas, com vidas úteis k e $k+1$, do mesmo tipo de ativo e em um mesmo momento. Os métodos de depreciação mais comumente adotados são: a) Método das Quotas Constantes, ou Linear; b) Método da Soma dos Dígitos do Ano; c) Método das Unidades Produzidas e; d) Método das Horas de Trabalho.

A contabilização da depreciação é efetuada de forma que, determinado o valor depreciado de um bem no período em função do método de depreciação adotado, faz-se lançamento a débito na conta “Depreciações” dos grupos Despesas Administrativas, Custo dos Produtos Vendidos ou no Diferido, de acordo com a sua natureza. A contrapartida do lançamento é creditada em conta redutora do ativo denominada “(-) Depreciação Acumulada”. Desta forma, ao analisar o Balanço Patrimonial, o total do grupo de contas imobilizado representará o valor contábil dos ativos, composto pelo custo original de aquisição dos ativos deduzido pela aplicação dos mesmos na atividade da empresa.

2.2 Quesitos recomendados pela Legislação

A Lei 6.404/1976 prevê no artigo 176, parágrafo quinto, quais as notas explicativas a serem incluídas nas demonstrações contábeis. Acerca da depreciação destaca-se o seguinte trecho: “os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender as perdas prováveis na realização dos elementos do ativo”.

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em sua Deliberação 488/2005 (emanada em função do Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27), item 89, prevê a divulgação de informações acerca das práticas contábeis da entidade, o reconhecimento e depreciação/amortização e exaustão de ativos tangíveis e intangíveis. O item 93 da mesma Deliberação prevê a divulgação de informações acerca da vida útil dos ativos que compõem o patrimônio da entidade.

A partir da leitura dos parágrafos acima, é possível constatar que não há, explicitamente, a determinação de itens específicos que devam ser evidenciados. As informações prestadas devem permitir o completo entendimento dos valores incorridos a título de depreciação. Em análise aos itens dispostos na fundamentação teórica desta pesquisa, são enumerados quesitos em forma de *check-list*, conforme demonstrado no quadro 1, de forma a traduzir de forma precisa o conjunto de informações básicas necessárias para o entendimento dos valores atribuídos à depreciação nos relatórios contábeis.

3. Metodologia

Este estudo caracteriza-se de acordo com o seu objetivo como uma pesquisa exploratória, uma vez que busca conhecer com maior profundidade um dos aspectos

relacionados às notas explicativas, demonstrativos e quadros suplementares e construir questões importantes para a condução da pesquisa. Quanto a abordagem do problema, esta pesquisa é do tipo qualitativa, pois considera que há uma relação dinâmica entre as diferentes formas de tratamento dadas ao objeto da pesquisa (RICHARDSON, 1999, p. 35).

As técnicas de pesquisa aplicadas são a pesquisa bibliográfica e o levantamento. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1993, p. 48), “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, e está caracterizada nesta pesquisa na identificação dos quesitos recomendados pela legislação em vigor acerca da evidenciação de informações acessórias ao entendimento da depreciação em notas explicativas, demonstrativos e quadros suplementares, bem como para a fundamentação teórica desta pesquisa. A partir destes dados, é elaborado um *check-list* a que as empresas participantes da pesquisa são submetidas, de forma a representar um conjunto de informações básicas para a interpretação dos valores atribuídos à depreciação. Os quesitos constantes do *check-list* são oriundos da análise conjunta dos conceitos relacionados no capítulo 2 desta pesquisa. O levantamento, conceituado por Lakatos & Marconi (1992), “objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la”, e é caracterizado pela operacionalização do *check-list* junto às demonstrações contábeis das empresas participantes.

Quadro 1: *Check-list* para aplicação na pesquisa.

<i>Check List</i>
1) Evidenciou a existência de mutações (aquisições/alienações) no Ativo Imobilizado?
1.1) No caso de aquisições de bens novos, indicou taxa ou vida útil do ativo adquirido?
1.2) No caso de aquisições de bens usados, indicou a vida útil estimada e a existência do laudo de avaliação?
1.3) Informou as datas de aquisição e alienação de bens?
2) Evidenciou as taxas utilizadas para depreciação dos ativos existentes? S/N/Não indicou.
2.1) Informou casos de depreciação acelerada dos bens? S/N/Não indicou.
3) Há evidenciação quanto ao método de depreciação adotado?
3.1) Qual? Quotas Constantes(1) / Soma dos Dígitos do Ano(2) / Unidades Produzidas(3) / Horas de Trabalho(4).
3.2) Foi evidenciada alteração no método de depreciação durante o período?
4) Indicou a realização do Teste de Recuperabilidade do Ativo (Impairment Test)?

Fonte: Dados da Pesquisa

As empresas têm as informações constantes em suas notas explicativas, demonstrativos e quadro suplementares avaliadas em função dos quesitos propostos no questionário em três possíveis situações: a) sim; b) não e; c) não indicou. Apenas uma questão não conterà resposta neste padrão, e é relacionada ao método de depreciação utilizado, o qual será indicado por legenda. O *check-list* a ser aplicado, constante no quadro 1, apresenta como quesitos alguns dos itens relevantes para a compreensibilidade dos valores apresentados detectados a partir da análise da literatura pertinente.

A primeira questão é relacionada às mutações patrimoniais, aquisições e alienações de ativos permanentes, que interferem diretamente no valor apurado a título de depreciação. São apresentadas três questões interdependentes, relacionadas à vida útil dos bens ora adquiridos e quanto às datas das transações. A segunda questão refere-se à evidenciação das taxas

utilizadas na depreciação dos ativos já existentes. A terceira questão refere-se ao método de depreciação adotado e quanto à eventual alteração do método durante o exercício financeiro. A quarta questão é referente à utilização do teste de recuperabilidade do ativo (*impairment test*).

3.1 Seleção e representatividade da amostra

A amostra de pesquisa contém 38 (trinta e oito) empresas, todas negociantes de ações e títulos na Bolsa de Valores do Brasil – BOVESPA. A seleção da amostra foi levantada, a partir das informações disponibilizadas pela BOVESPA, de acordo com o maior Patrimônio Líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2005. A utilização do critério maior Patrimônio Líquido é justificada em função do mesmo representar, de acordo com a Teoria dos Fundos, a riqueza acumulada da empresa.

Não foram contempladas as instituições financeiras devido a inexistência, ou não representatividade de seu Ativo Permanente. Tal fato deve-se à alienação sistemática promovida por estas instituições, em face da necessidade de capitalização como garantia ao risco determinada pelo Acordo de Basiléia em 1988. A aplicação do questionário nestas condições ficaria prejudicada acerca das informações sobre as mutações patrimoniais. A inexistência de informações não poderia ser caracterizada na alternativa “não indicou”, e sim como “sem necessidade de evidencição”. As empresas que não evidenciaram as notas explicativas e quadro suplementares para consulta, ou que restringiram seu acesso à clientes ou acionistas foram suprimidas da amostra, e estão demonstradas no Anexo I desta pesquisa.

A amostra é representativa em razão do índice total de patrimônio líquido das empresas negociantes de ações e títulos da Bolsa de Valores do Brasil – BOVESPA. O patrimônio líquido total é de R\$ 601.142.191 (seiscentos e um milhões cento e quarenta e dois mil e cento e noventa e um reais). O somatório do patrimônio líquido das empresas da amostra é R\$ 419.701.070 (quatrocentos e dezenove milhões, setecentos e um mil e setenta reais), e corresponde a 69,82% (sessenta e nove vírgula oitenta e dois por cento) do valor total. A demonstração deste levantamento está contida no Anexo I.

4. Análise dos Resultados

A interpretação dos dados é efetuada em razão dos quesitos analisados, agrupados de acordo com a similaridade de abordagem: o primeiro grupo é relacionado às mutações patrimoniais, o segundo às taxas de depreciação utilizadas, o terceiro grupo acerca do método de depreciação adotado no período, o quarto é último grupo é destinado à verificação da utilização do teste de recuperabilidade do ativo (*impairment test*).

4.1 Mutações Patrimoniais

Este grupo de quesitos é composto de um questionamento independente, o quesito número 1: “Evidenciou a existência de mutações (aquisições/alienações) no Ativo Imobilizado? Em um universo de 38 empresas pesquisadas, 30 (trinta) indicaram a ocorrência de mutações patrimoniais, 3 (três) indicaram a não ocorrência e, 5 (cinco) empresas não forneceram qualquer referência à existência ou não de mutações patrimoniais, logo, totalizam 33 (trinta e três) as empresas que forneceram informação sobre a existência ou não de

mutações patrimoniais, aproximadamente 87 % (oitenta e sete por cento) da população analisada.

Os questionamentos seguintes deste grupo, cuja análise é dependente dos resultados obtidos no quesito 1, referem-se ao detalhamento acerca do tipo de mutação patrimonial ocorrida. Desta forma, as 8 (oito) empresas que indicaram a inexistência de mutações patrimoniais ou não fizeram qualquer menção a respeito são excluídas para fins de análise aos quesitos 1.1, 1.2 e 1.3.

O quesito 1.1 trata da indicação da taxa ou vida útil dos ativos novos adquiridos. Dentre as 30 (trinta) empresas participantes que acenaram afirmativamente quanto à existência de mutações patrimoniais durante o período em análise, somente 8 (oito) indicaram a vida útil dos ativos novos adquiridos, o que representa aproximadamente 27 % (vinte e sete por cento) da amostra. O quesito 1.1 questiona quanto a existência de informação relativa à vida útil dos ativos adquiridos em estado de novo. O quesito 1.2 analisa dentre as empresas que evidenciaram a existência de aquisições de bens em estado usado, quantas evidenciaram a vida útil estimada e fizeram menção à existência de laudo de avaliação destes ativos. Em resposta a este quesito, das 30 (trinta) empresas que indicaram a existência de mutações patrimoniais no período, 22 (vinte e duas) empresas indicaram a vida útil e existência de laudo de avaliação dos ativos usados adquiridos.

A análise conjunta dos quesitos 1.1 e 1.2 é possível mediante a exclusão de 5 (cinco) ocorrências de empresas que indicaram, concomitantemente, a vida útil de ativos em estado de novo e usado. Tal providência é necessária para evitar a dupla contagem. Desta forma, de um universo de 30 (trinta) empresas que indicaram a existência de mutações patrimoniais no período, 25 (vinte e cinco) delas trouxeram em suas notas explicativas e quadro suplementares informação referente à vida útil dos ativos adquiridos, aproximadamente 83 % (oitenta e três por cento) da amostra.

O quesito 1.3 indaga quanto à indicação da data de aquisição e/ou alienação dos bens patrimoniais. Dentre as 30 (trinta) empresas que indicaram a existência de mutações patrimoniais, apenas 12 (doze) satisfizeram este questionamento. Na análise deste quesito, a inexistência de qualquer informação acerca da vida útil teve maior adesão, 26 (vinte e seis) empresas não fizeram menção a esta informação, em um universo de 38 (trinta e oito) empresas pesquisadas e deduzidas as 3 (três) empresas que indicaram a não ocorrência de mutações patrimoniais, aproximadamente 74% (setenta e quatro por cento) não indicaram as datas das mutações patrimoniais.

Quadro 2: Resposta ao Quesito 1 (extrato)

Empresa	1			1.1			1.2			1.3			PL Amostra	% Repr. Indiv.	% Repr. Acum.
	S	N	NI	S	N	NI	S	N	NI	S	N	NI			
1 PETROBRAS	•					•						•	93.163.517	22,20%	22,20%
2 ELETROBRAS	•					•	•					•	76.767.449	18,29%	40,49%
3 VALE R DOCE			•			•						•	35.578.904	8,48%	48,97%
4 TELEFONICA			•		•			•				•	30.358.000	7,23%	56,20%
5 AMBEV			•		•				•			•	19.645.208	4,68%	60,88%
6 TELEMAR N L	•			•				•				•	11.079.031	2,64%	63,52%
7 ITAUSA	•					•	•					•	10.869.129	2,59%	66,11%
8 USIMINAS	•				•		•					•	9.451.232	2,25%	68,36%
9 GERDAU	•			•				•				•	9.285.099	2,21%	70,57%
10 SABESP	•					•	•			•			8.878.388	2,12%	72,69%
11 TIM PART S/A	•				•		•					•	8.342.409	1,99%	74,68%
12 VIVO		•			•		•				•		7.928.429	1,89%	76,57%
13 CEMIG	•				•		•					•	7.680.866	1,83%	78,40%
14 EMBRATEL PAR	•				•				•	•			7.624.908	1,82%	80,21%
15 CESP	•					•		•			•		6.996.551	1,67%	81,88%
DEMAIS	19	2	2	6	10	7	15	4	4	10	4	9	76.051.950	18,12%	100,00%
Somatório	30	3	5	8	17	13	22	8	6	12	6	20	419.701.070	100,00%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa

A análise dos dados obtidos neste grupo de quesitos evidencia que: a) a informação quanto à existência de mutações patrimoniais é demonstrada, com adesão de 87% (oitenta e sete por cento) da população analisada; b) a informação quanto à vida útil dos ativos adquiridos em estado de novo ou usado é evidenciada, com adesão de por 83% (oitenta e três por cento) da população qualificada e; c) que a data das aquisições e alienações não é evidenciada e totalizou a não adesão de 74% (setenta e quatro por cento) da população qualificada.

4.2 Taxas de Depreciação Utilizadas

O quesito 2, primeiro deste grupo indica se ocorreu a evidenciação das taxas utilizadas para depreciação dos ativos existentes. Em resposta a este quesito, dentre as 38 (trinta e oito) empresas participantes da amostra, 36 (trinta e seis) destas atenderam afirmativamente a este quesito e representam aproximadamente 95% (noventa e cinco por cento) da amostra de estudo.

Em resposta a evidenciação de casos de depreciação acelerada de bens patrimoniais, quesito 2.1, 14 (quatorze) empresas indicaram a ocorrência de depreciação acelerada, 10 (dez) empresas indicaram a não ocorrência e, nos restantes 14 (quatorze) membros da amostra não houve qualquer menção a respeito. A inexistência de citação acerca desta informação pode indicar a não ocorrência de depreciação acelerada, logo tal informação foi suprimida devido a não ocorrência.

Quadro 3: Resposta ao Quesito 2 (extrato)

	Empresa	2			2.1			PL Amostra	% Repr. Indiv.	% Repr. Acum.
		S	N	NI	S	N	NI			
1	PETROBRAS		•		•			93.163.517	22,20%	22,20%
2	ELETROBRAS	•					•	76.767.449	18,29%	40,49%
3	VALE R DOCE	•			•			35.578.904	8,48%	48,97%
4	TELEFONICA	•			•			30.358.000	7,23%	56,20%
5	AMBEV	•				•		19.645.208	4,68%	60,88%
6	TELEMAR N L	•			•			11.079.031	2,64%	63,52%
7	ITAUSA	•					•	10.869.129	2,59%	66,11%
8	USIMINAS	•			•			9.451.232	2,25%	68,36%
9	GERDAU	•			•			9.285.099	2,21%	70,57%
10	SABESP	•				•		8.878.388	2,12%	72,69%
11	TIM PART S/A	•			•			8.342.409	1,99%	74,68%
12	VIVO	•				•		7.928.429	1,89%	76,57%
13	CEMIG	•					•	7.680.866	1,83%	78,40%
14	EMBRATEL PAR	•				•		7.624.908	1,82%	80,21%
15	CESP	•					•	6.996.551	1,67%	81,88%
	DEMAIS	22	1	0	7	6	10	76.051.950	18,12%	100,00%
	Somatório	36	2	0	14	10	14	419.701.070	100,00%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa

Este grupo de quesitos demonstra que existe informação acerca das taxas de depreciação utilizadas, a uma taxa de 95% (noventa e cinco por cento) da amostra. Entretanto, todas as empresas da amostra que realizaram esta evidenciação também fizeram menção à adoção das taxas máximas admitidas pelo fisco ou, nos casos aplicáveis pelas agências reguladoras.

4.3 Método de Depreciação Adotado

O quesito 3 é direcionado à existência de informação quanto ao método de depreciação adotado. Foi constatado, como resposta a este quesito, que 36 (trinta e seis) membros da amostra de estudo, aproximadamente 95% (noventa e cinco por cento), fizeram indicação ao método de depreciação adotado.

O quesito 3.1 quantifica, dentre as empresas que fizeram menção ao método de depreciação adotado, que, dentre as 36 (trinta e seis) empresas que evidenciaram o método de depreciação utilizado, todas utilizam o método das quotas constantes - método linear.

Quadro 4: Resposta ao Quesito 3 (extrato)

Empresa	3			3,1				3,2			PL Amostra	% Repr. Indiv.	% Repr. Acum.
	S	N	NI	1	2	3	4	S	N	NI			
1 PETROBRAS	•			•						•	93.163.517	22,20%	22,20%
2 ELETROBRAS	•									•	76.767.449	18,29%	40,49%
3 VALE R DOCE	•			•						•	35.578.904	8,48%	48,97%
4 TELEFONICA	•			•						•	30.358.000	7,23%	56,20%
5 AMBEV	•			•						•	19.645.208	4,68%	60,88%
6 TELEMAR N L	•			•						•	11.079.031	2,64%	63,52%
7 ITAUSA	•			•						•	10.869.129	2,59%	66,11%
8 USIMINAS	•			•						•	9.451.232	2,25%	68,36%
9 GERDAU	•			•						•	9.285.099	2,21%	70,57%
10 SABESP	•			•						•	8.878.388	2,12%	72,69%
11 TIM PART S/A	•			•						•	8.342.409	1,99%	74,68%
12 VIVO	•			•						•	7.928.429	1,89%	76,57%
13 CEMIG	•			•						•	7.680.866	1,83%	78,40%
14 EMBRATEL PAR	•			•						•	7.624.908	1,82%	80,21%
15 CESP	•			•						•	6.996.551	1,67%	81,88%
DEMAIS	22	1	0	22	0	0	0	0	0	23	76.051.950	18,12%	100,00%
Somatório	37	1	0	36	0	0	0	0	3	35	419.701.070	100,00%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa

Acerca da eventual ocorrência de alteração no método de depreciação adotado no período, quesito 3.2, apenas 3 (três) empresas indicaram a não existência de qualquer alteração. As demais 35 (trinta e cinco) empresas não fizeram qualquer menção a respeito.

4.4 Teste de Recuperabilidade do Ativo

A análise da amostra revelou que, não houve indicação quanto a aplicação do Teste de Recuperabilidade do Ativo, *Impairment Test*, em nenhuma das empresas da amostra.

5. Conclusões

Este artigo objetivou demonstrar se as recomendações expedidas pelas entidades reguladoras e legislação específica no que tange as informações necessárias ao entendimento dos usuários da informação contábil da composição dos valores atribuídos a título de depreciação estão sendo cumpridas.

A partir da revisão das normas e legislação em vigor foi elaborado um *check-list* para análise das notas explicativas e quadros suplementares das empresas da amostra, composta de 38 (trinta e oito) empresas que negociam ações e títulos junto à BOVESPA – Bolsa de Valores do Brasil. Foi constatado que: a) existe evidenciação quanto à existência de mutações patrimoniais em 87% (oitenta e sete por cento) da população analisada; b) é evidenciada a

vida útil dos ativos adquiridos em estado de novo ou usado por 83% (oitenta e três por cento) da população qualificada; c) não existe evidenciação acerca da data das aquisições e alienações por 74% (setenta e quatro por cento) da população qualificada; d) que 36 empresas, cerca de 95% (noventa e cinco por cento) por cento da população faz menção às taxas de depreciação utilizadas, e; e) que 36 (trinta e seis) empresas indicaram o método de depreciação adotado, com adesão integral ao método das quotas constantes – método linear.

Em função dos resultados alcançados, é considerado relevante o atendimento aos quesitos emanados pela legislação em vigor, com índices de adesão superiores a 80% (oitenta por cento) da amostra. Ressalva-se que, para permitir a compreensão e a replicabilidade dos cálculos da depreciação, faz-se necessário ter disponíveis informações quanto à data das mutações patrimoniais, dado este fornecido por 26% (vinte e seis por cento) da população qualificada (empresas que indicaram a ocorrência de mutações patrimoniais).

Nenhuma empresa da amostra fez menção quanto à aplicação do Teste de Recuperabilidade do Ativo - *Impairment Test*, ferramenta de auxílio à gestão para análise contributiva à formação do resultado de itens do Ativo Imobilizado. A não indicação não pode compreendida como a inexistência de aplicação do teste. A evidenciação de sua aplicação tem capacidade de influenciar positivamente os usuários da informação contábil, pois demonstra que a organização está preocupada com a estrutura de seu Ativo Imobilizado e sua capacidade de gerar riqueza.

A não contabilização da depreciação de forma a exprimir de maneira mais acurada o desgaste ou obsolescência dos ativos distorce o resultado mensal, as apurações de impostos, lucro, destinações a reservas e distribuição do lucro, assim como as análises efetuadas por fornecedores, instituições financeiras, acionistas, investidores do mercado financeiro, dentre outros usuários da informação contábil. Os reflexos a longo prazo da utilização das taxas de depreciação estipuladas pelo fisco proporcionam distorções consideráveis quanto ao valor contábil do bem ao final do período em estudo, de forma que, ao gestor do negócio, o valor de seu ativo permanente não refletirá o custo de aquisição deduzido do desgaste estimado ao longo do tempo e sim o custo de aquisição menos quanto o Estado determinou que tais ativos se desgastassem. Tal situação afronta princípios como a objetividade e a relevância - cernes da informação contábil - e prejudica a interpretação dos dados e a importância da contabilidade como instrumento de gestão.

6. Bibliografia

BASEL COMMITTEE. Basel Capital Accord - International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards. Suíça, 1988. Disponível em <http://www.bis.org/publ/bcbasc111.pdf> (consulta em 06/11/2006)

BAUMOL, William J. Optimal depreciation Policy: Pricing the products of durable assets. *The Bell Journal of Economics and Management Science*, Vol. 2, N. 2, 1971, p. 638-656.

BRASIL. Lei nº 6.404 de 15/12/1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Deliberação nº 488 de 03/10/2005. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre Demonstrações Contábeis - Apresentação e Divulgações.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1993.

- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.
- HILL, Peter. Capital Stocks, Capital Services and Depreciation. Norwich, 1999. Disponível em <https://www.oecd.org/dataoecd/12/47/2549891.pdf> (consulta em 15/02/2007).
- IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável também às demais sociedades*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. *Contabilidade Comercial: atualizado conforme o NCC*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- KEATING, A. Scott & ZIMMERMAN, Jerold L. Depreciation-policy changes: tax. Earnings management, and investment opportunity incentives. *Journal of Accounting & Economics*, Vol. 28, 2000, p. 359-389.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- LOPES DE SÁ, Antonio. Falsos Lucros e Depreciações. São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.classecontabil.com.br> (consulta em 06/11/2006).
- PILCHER Robyn. Inconsistent Depreciation Figures – Fallacious KPIs – Accountability os NSW Local Government Reporting Questioned. Austrália, 2004. Disponível em <http://www.gu.edu.au/school/gbs/afe/symposium/proceedings/pilcher.pdf> (consulta em 14/02/2007).
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- STICKNEY, Clyde e WEIL, Roman L. *Contabilidade Financeira: uma introdução aos conceitos, métodos e usos*. Tradução de José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2001.
- WOODWARD, P. D. Depreciation – The Development of an Accounting Concept. *The Accounting Review*, 1956. Vol. 12, N.2, pp.169-189.

ANEXO I – APLICAÇÃO DO CHECK LIST E REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA

N	Empresa	1			1.1			1.2			1.3			2			2.1			3			3.1				3.2			Pl. Amostra 51 empresas	Pl. Amostra 38 empresas
		S	N	NI	S	N	NI	S	N	NI	S	N	NI	S	N	NI	S	N	NI	S	N	NI	1	2	3	4	S	N	NI		
1	PETROBRAS	?					?						?			?			?			?								93.163.517	93.163.517
2	ELETOBRAS	?					?						?			?			?			?							?	76.767.449	76.767.449
3	VALE R DOCE			?			?						?			?			?			?							35.578.904	35.578.904	
4	TELEFONICA			?			?						?			?			?			?							30.558.000	30.558.000	
5	AMBEV			?			?						?			?			?			?							19.645.208	19.645.208	
6	ARCELOR BR																												12.458.445	-	
7	TELEMAR N L	?			?								?			?			?			?							11.079.031	11.079.031	
8	ITAUSA	?					?						?			?			?			?							10.869.129	10.869.129	
9	USIMINAS	?					?						?			?			?			?							9.451.232	9.451.232	
10	GERDAU	?			?								?			?			?			?							9.285.099	9.285.099	
11	SABESP	?					?						?			?			?			?							8.878.388	8.878.388	
12	TIM PART S/A	?					?						?			?			?			?							8.342.409	8.342.409	
13	VIVO	?					?						?			?			?			?							7.928.429	7.928.429	
14	CEMIG	?					?						?			?			?			?							7.680.866	7.680.866	
15	EMBRATEL PAR	?					?						?			?			?			?							7.624.908	7.624.908	
16	CESP	?					?						?			?			?			?							6.996.551	6.996.551	
17	SID NACIONAL	?					?						?			?			?			?							6.664.052	6.664.052	
18	COPEL																												6.190.574	-	
19	BRASIL TELECOM																												5.374.709	-	
20	BRASIL TELECOM																												5.199.269	-	
21	VCP	?					?						?			?			?			?							5.094.056	5.094.056	
22	EMBRAER	?					?						?			?			?			?							4.865.139	4.865.139	
23	CPFL ENERGIA	?					?						?			?			?			?							4.796.072	4.796.072	
24	Aracruz Celulose S. A	?					?						?			?			?			?							4.564.499	4.564.499	
25	BRASKEM	?					?						?			?			?			?							4.504.172	4.504.172	
26	GERDAU MET	?					?						?			?			?			?							4.425.752	4.425.752	
27	FACULDADE CBDB																												4.360.756	-	
28	TRAN PAULIST	?					?						?			?			?			?							3.967.462	3.967.462	
29	SUZANO PAPEL	?					?						?			?			?			?							3.938.664	3.938.664	
30	ENERGIAS BR																												3.606.743	-	
31	TRACTEBEL	?					?						?			?			?			?							3.248.182	3.248.182	
32	COPASA	?					?						?			?			?			?							3.145.499	3.145.499	
33	521 PARTICIP																												3.056.933	-	
34	BRADESPAR						?						?			?			?			?							3.052.257	3.052.257	
35	VICUNHA SID																												2.830.553	-	
36	ACESITA	?					?						?			?			?			?							2.551.913	2.551.913	
37	KLABIN S/A	?					?						?			?			?			?							2.504.741	2.504.741	
38	CAMARGO CIM																												2.479.798	-	
39	ALL AMER LAT	?					?						?			?			?			?							2.477.256	2.477.256	
40	SADIA S/A	?					?						?			?			?			?							2.258.185	2.258.185	
41	SANEPAR	?					?						?			?			?			?							2.251.604	2.251.604	
42	TELEMAR PART	?					?						?			?			?			?							2.239.538	2.239.538	
43	ELETROPAR	?					?						?			?			?			?							2.182.076	2.182.076	
44	GER PARANAP																												2.147.808	-	
45	ULTRAPAR	?					?						?			?			?			?							1.941.565	1.941.565	
46	SOUZA CRUZ	?					?						?			?			?			?							1.935.093	1.935.093	
47	WHIRLPOOL																												1.802.118	-	
48	GOL	?					?						?			?			?			?							1.757.562	1.757.562	
49	LIGHT S/A																												1.743.274	-	
50	COTEMINAS																												1.735.437	-	
51	PETROQUISA	?					?						?			?			?			?							1.686.611	1.686.611	
Somatório		30	3	5	8	17	13	22	8	6	12	6	20	36	2	0	14	10	14	37	1	0	36	0	0	0	0	3	35	472.687.487	419.701.070
Patrimônio Líquido das Empresas não participantes da amostra																											128.454.704	181.441.121			
Patrimônio Líquido Total das empresas negociantes de ações e títulos na BOVESPA																											601.142.191	601.142.191			
% Representatividade da Amostra																											78,63%	69,82%			

Legenda:

- Notas Explicativas não disponíveis ou com acesso restrito.